
Cooperativas de Crédito do Brasil: Classificação em Níveis de Sustentabilidade Financeira Intrassetorial

Edison Luiz Leismann ¹

Charles Ulises de Montreuil Carmona ²

•Artigo recebido em: 12/04/2009 •• Artigo aceito em: 03/06/2009 ••• Segunda versão aceita em: 01/09/2009

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo classificar, a partir das demonstrações financeiras, as Cooperativas de Crédito Singulares do Brasil em níveis de sustentabilidade financeira. Diante disso, foi realizada uma análise Intrassetorial a partir dos dados de 31/12/2007 disponibilizados pelo Banco Central do Brasil. Essa análise se deu a partir de indicadores das estruturas financeiras, dos ativos e das demonstrações de resultados de 1.439 instituições. No desenvolvimento da classificação, também se utilizou de 31 Demonstrações de Resultados e valores do Ativo e Passivo do ano anterior de liquidação de cooperativas de crédito liquidadas pelo Banco Central entre 2003 e 2006. Foi desenvolvido um índice, denominado de Índice de Sustentabilidade Intrassetorial Financeira das Cooperativas de Crédito (ISIF-Créd.), com cinco escalas de classificação: 1 - Sustentabilidade Precária; 2 - Baixa Sustentabilidade; 3 - Média Sustentabilidade; 4 - Alta Sustentabilidade; e 5 - Excelente Sustentabilidade. Foram levados em consideração para classificação cinco indicadores, a saber: a-Tamanho; b - Independência Financeira; c - Imobilização do Patrimônio Líquido; d - Sobras/Patrimônio Líquido; e e - Autossustentabilidade no Período, considerando seis níveis, sendo um acima do ponto médio e os outros cinco em escalas percentis abaixo do ponto médio intrassetorial. Utilizou-se do *software SPSS 15.0 for Windows*. Os resultados relacionam 54 cooperativas de crédito como de sustentabilidade precária e 150 como sendo de baixa, sustentabilidade, dentre as que estavam em operação em 31/12/2007, correspondendo a 3,8% e 10,4% respectivamente das 1.439 cooperativas singulares em atividade. Dentre as 31 liquidadas, 74,2% foram classificadas em baixa sustentabilidade e 19,4%, em média sustentabilidade. A metodologia permite segregar, dentre uma grande população, as cooperativas de crédito que devem ser objeto de análise detalhada pelos órgãos reguladores.

Palavras-chave: Sustentabilidade Financeira; Risco de Crédito; Cooperativas de Crédito.

¹ Prof. Associado do CCSA- Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon-PR. Área: Administração/Finanças. Bolsista PDJ do CNPq. Endereço: Rua Pastor Meyer, 550 - CEP 85960-000 - Marechal Cândido Rondon - PR. Tel.: (45) 3284-2641. E-mail: elleismann@gmail.com

² Professor Associado do Dep. de Ciências Administrativas - DCA - Programa de Pós-Graduação em Administração/UFPE- Linha de Pesquisa: Estratégia, Finanças e Sustentabilidade Empresarial (EFE). Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cid. Universitária - CEP 550670-901 - Recife - PE. Tel.: (81) 2126-7176. E-mail: carmona@ufpe.br
Nota: este artigo foi aceito pela Editora Científica Jacqueline Veneroso Alves da Cunha e passou por uma avaliação *double blind review*.

Cooperatives of Credit of Brazil: Classification in Levels of Financial Sustainability

Abstract

This research has for objective to classify, from the financial statements Brazilian Cooperatives of Credit in levels of financial sustainability. Analysis of the industry from the data of 31/12/2007 was analysed from Brazilian Central Bank database. This analysis if gave from pointers of the financial structures, the assets and the statements of results of 1439 institutions. In the development of the classification, also it was used 31 statements of the previous year of liquidation of cooperatives of credit eliminated by the Central banking between 2003 and 2007. An index, called of Index of Financial sustainability of the Cooperatives of Credit was developed, with five scales of classification: 1 - Sustainability compromised; 2 - Low sustainable; 3 - Average sustainable; 4 - High sustainable and 5 - Excellent sustainable. Five pointers had been taken in consideration for classification, namely: a-Size; b - Financial Independence; c Immobilization of the Equity; d-Leftovers/Equity and; e- Self sustainability in the Period, considering 6 levels, being one above of the average point and the others 5 in scales *percentiles* below of the sector average point. It was used of software SPSS 15.0 *he will be windows* with analyses of descriptive statistics e *crosstabs*. The results relate 54 not sustainable cooperatives of credit as e 150 as being of low sustainability, amongst that they were in operation in 31/12/2007, corresponding 3.8% and 10.4% respectively of the 1439 singular cooperatives in activity. Amongst the 31 eliminated, 74.2% had been classified in low sustainability and 19.4% on average sustainability. The methodology allows to segregate amongst a great population the credit cooperatives.

Keywords: Financial Sustainability; Credit Risk; Credit Cooperatives.

1. Introdução

Embora os estudos e acompanhamentos dos órgãos reguladores quanto aos aspectos relacionados à sustentabilidade financeira das instituições financeiras não sejam recentes, sendo objeto de preocupação internacional, tornaram-se mais importantes a partir da crise econômica mundial deflagrada em 2007/2008.

Conforme afirmado por Dallara, em Resenha BMF 176 (2009, p. 52):“O ponto central da crise a que assistimos em algumas companhias

refere-se ao controle de risco. Os responsáveis por esse trabalho nas empresas têm a grande tarefa de implementar estratégica e taticamente ações que construam uma boa cultura de risco”.

Os acordos da Basileia I e II foram estabelecidos em função da preocupação com os riscos envolvendo as instituições financeiras. O primeiro, estabelecido em 1988, embora o Comitê da Basileia tenha sido criado na década de 1970, com a preocupação quanto ao crescimento das operações bancárias internacionais, e o segundo, estabelecido em 2004, com a preocupação relacionada aos riscos operacionais (BIS, 2009). Embora não sejam obrigatórios, têm sido adotados pela maioria dos países, inclusive no Brasil. Como mostram Hoffman e Drumond de Melo (2006), as “normas prudenciais estão em linha com os padrões internacionais e desenvolvem a cultura de administração de riscos (...) e as normas atuais incentivam a criação de modelos proprietários para avaliação do risco de crédito e disciplina de mercado”.

Nesse novo ambiente de maior cobrança de controles das instituições financeiras, novos mecanismos e instrumentos tornam-se necessários. Analisar os indicadores financeiros das cooperativas de crédito e similares brasileiras³ sob o aspecto da sustentabilidade financeira permite avaliar a situação atual desse importante segmento do setor financeiro brasileiro, num ambiente em que o crédito torna-se condição necessária para o crescimento econômico.

O aumento da oferta de crédito no Brasil é uma condição necessária para que a economia tenha maior desenvolvimento. Numa economia desenvolvida, é necessário fazer fluir os recursos que sobram de agentes econômicos que não pretendem investir para aqueles que têm projetos viáveis e que vislumbram oportunidades e não têm recursos financeiros suficientes.

O Sistema Financeiro Nacional consiste de um conjunto de instrumentos e instituições que funcionam como meio para a realização da intermediação financeira. Desse modo, o sistema financeiro aproxima os agentes econômicos com situação orçamentária superavitária dos agentes com situação orçamentária deficitária. Os agentes com situação deficitária precisam de

³ Utiliza-se genericamente o termo cooperativas de crédito por representarem mais de 90% da população analisada, embora sejam incluídas também nesta análise categorias como as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor, dentre outras.

recursos para atender as suas necessidades de consumo e investimento, enquanto que os agentes com situação superavitária precisam de alternativas para aplicarem seus excedentes de recursos. Os instrumentos e as instituições do Sistema Financeiro Nacional propiciam condições para que os dois tipos de agentes econômicos (superavitários e deficitários) tenham suas necessidades atendidas, ao mesmo tempo em que estimulam a elevação das taxas de consumo e investimentos (SILVA, 1997, p. 42).

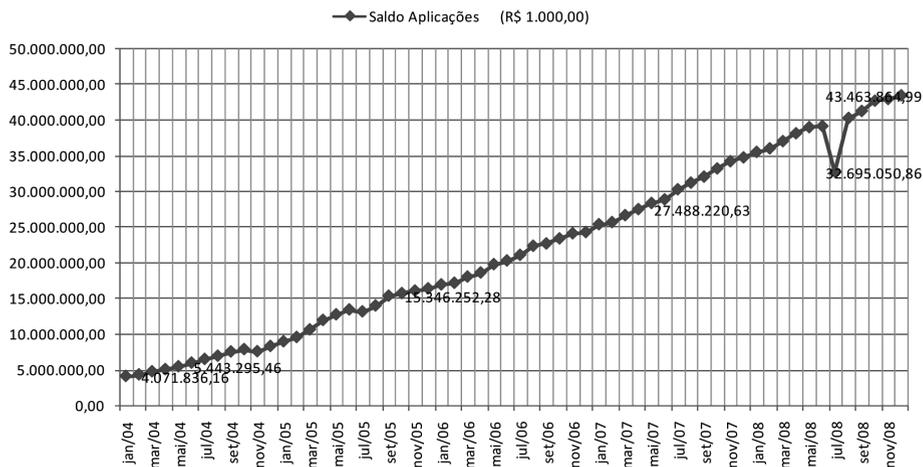
O aumento dos volumes de crédito é um fenômeno que surgiu após a estabilização econômica, promovida a partir de 1994.

Antes do Plano Real, um dos motivos alegados para o baixo volume de crédito era o evidente risco de poder aquisitivo. Essa possibilidade, de que a variação dos níveis gerais de preços, causada por inflação na economia, afetasse desfavoravelmente os fluxos de caixa e o valor da empresa ou de um ativo, desestimulava a oferta de crédito.

As altas taxas de juros praticadas no Brasil, aliada às deficiências de morosidade e de custo do sistema judiciário brasileiro quanto às cobranças de dívidas, implicavam riscos de crédito, que, repassados para o custo das operações de crédito, ampliam o valor a ser pago pelo cliente e desestimulam, pelo encarecimento, as operações creditícias. Visando diminuir esse custo e ao mesmo tempo manter os retornos das operações, desenvolveu-se no Brasil o crédito consignado. Esse tipo de empréstimo tem crescido nos últimos anos, e é visto pelos fornecedores de crédito como de menor risco, propiciando uma queda rápida dos juros para os tomadores, na medida em que mais agentes financeiros passaram a utilizá-lo.

Visando aumentar a concessão de crédito no país em função do potencial desse fator como estímulo ao crescimento econômico, atendendo ao mesmo tempo uma exigência do setor financeiro de redução de riscos das operações creditícias, o crédito consignado teve ampliação em seus volumes de empréstimos, como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1- Saldo das Aplicações em Crédito Consignado – Recursos Livres – no Brasil – Janeiro 2004 a Dezembro/2008



Fonte: Elaborado com dados do Banco Central do Brasil (Instituições Financeiras que prestam informações para a Circular no 3.240, de 2004). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 mar. 2009.

Conforme mostra Meireles (2007), em apresentação na Associação Comercial de São Paulo, em que destaca a importância do crédito ao consumo, “o volume de crédito no Brasil mostrou expressivo aumento nos últimos anos. Entretanto, numa perspectiva internacional, o volume de crédito como proporção do nível do produto ainda é muito baixo no país”.

A relação crédito/PIB tem sido utilizada como uma forma de verificar a participação do crédito na economia, mas que, ao tomar-se como referência a economia como um todo, esconde um fator relevante, que é a maior dificuldade que pequenos empreendedores têm em acessar o sistema financeiro formal.

As cooperativas de crédito, principalmente ao longo das duas últimas décadas, têm atuado no sentido de auxiliar esse processo de maior utilização do crédito em sintonia com o maior desenvolvimento de seus cooperados.

Porém, num momento em que o sistema financeiro como um todo passa por uma crise de confiança, é importante que o setor procure atuar preventivamente, evitando que liquidações de cooperativas singulares possam gerar dúvidas e desconfiças sobre o setor.

Diante do exposto, procura-se responder ao seguinte questionamento: é possível segmentar as cooperativas de crédito em níveis de sustentabilidade financeira tomando-se como referência seus principais indicadores financeiros, de forma intrassetorial?

Desta forma, o objetivo deste trabalho é auxiliar na classificação, sob um conjunto de fatores relevantes envolvendo resultados e estrutura financeira, em níveis de sustentabilidade financeira, auxiliando os órgãos reguladores e as centrais das próprias cooperativas de crédito.

São classificadas as instituições em níveis de sustentabilidade financeira como forma de segregar e facilitar o foco de análise com maior rigor, entre as instituições desse setor no mercado financeiro.

2. Referencial Teórico

2.1 Aspectos Gerais do Crédito no Brasil

O crédito tem demonstrado ser, na maioria dos países, um instrumento que alavanca o desenvolvimento. Os países com desenvolvimento financeiro intermediário ou avançado, como demonstra a Tabela 1, com uma amostra de 37 países, apresentam relação Crédito Total/PIB elevados.

Tabela 1 - Médias de Crédito Privado/PIB por Estágio de Desenvolvimento Financeiro

Desenvolvimento Financeiro			Crédito Bancário/PIB	Crédito Não Bancário/PIB	Crédito Total/PIB
G1	12 países	Incipiente	23,8%	1,8%	25,6%
G2	19 países	Intermediário	100,1%	-0,2%	99,9%
G3	6 países	Avançado	71,5%	52,5%	124,0%
Total (37 países)			70,8%	9,0%	79,7%

Fonte: Desenvolvimento Financeiro e o Mecanismo de Transmissão da Política Monetária. PUC-Rio – C.D. Nr. 0512362/CB. Disponível em: < http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0512362_07_cap_03.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2008.

Para os tomadores de crédito de modo geral, as taxas de juros praticadas no Brasil são tradicionalmente altas.

Elaborada a partir de informações mensais do Banco Central do Brasil (2009), a Tabela 2 mostra as taxas médias anuais cobradas ao longo dos

últimos 10 anos para sete tipos de crédito para pessoas jurídicas e quatro para pessoas físicas. As taxas mais baixas referem-se às linhas de crédito para aquisição de bens, e *Vendor* para pessoas jurídicas e as mais altas o Cheque Especial para pessoas físicas.

Embora o Brasil já esteja há 15 anos num processo de economia com baixa inflação, observa-se que as taxas praticadas demonstram ser consistentemente altas, ano após ano.

Esta é uma condição para os tomadores de forma geral. Mas existem pessoas físicas e microempreendedores que muitas vezes não conseguem participar do mercado financeiro tradicional.

Tabela 2 - Taxas de juros média das operações ativas praticadas no Brasil entre 1999 e 2008 - juros prefixados - % a.a.

	PJ	PF	PF	PF	PF								
Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
1999	62,77	73,89	52,42	40,28	72,15	76,05	81,03	169,1	106,3	-	-	69,1	
2000	38,40	54,74	32,93	24,08	44,69	48,41	54,27	151,5	70,85	35,01	72,75	42,8	
2001	35,69	58,09	32,43	23,78	45,50	47,52	52,56	153,3	77,91	39,17	65,39	42,7	
2002	38,00	66,31	35,64	26,00	49,09	50,48	51,88	159,6	85,31	46,21	69,09	49,0	
2003	42,49	76,95	37,07	29,63	56,29	52,75	60,13	165,3	91,40	44,76	75,09	48,7	
2004	35,94	67,09	28,13	21,85	49,94	41,15	50,52	141,5	73,55	35,70	62,07	39,3	
2005	38,69	69,62	30,08	24,19	52,35	42,91	53,07	147,6	69,40	36,13	59,10	39,6	
2006	33,72	67,70	26,52	20,25	51,92	38,72	51,00	144,6	62,26	33,54	58,66	37,0	
2007	29,36	62,73	18,81	16,24	47,68	33,29	43,96	139,9	50,97	29,78	55,83	33,0	
2008	32,83	70,22	18,49	19,35	52,27	41,10	54,32	160,8	54,06	32,69	59,91	35,8	

PJ=Pessoa Jurídica; PF=Pessoa Física

1-Capital de Giro; 2-Conta Garantida; 3-Aquisição de Bens; 4-Vendor; 5-Hot Money; 6-Desconto de Duplicatas; 7-Desconto de Promissórias; 8-Cheque Especial; 9-Crédito Pessoal; 10-Veículos; 11-Outros Bens; 12-Total.

Fonte: Elaborada com base em dados do Banco Central do Brasil.

2.2 Cooperativas de Crédito

Ao analisar as microfinanças no contexto brasileiro, Nichter, Goldmark e Fiori (2002, p. 16) mostram que

O programa Programa de Desenvolvimento Institucional estima que o segmento local de microfinanças consiste de 121 instituições atendendo a um total de 158.654 clientes ativos. Essas estatísticas sugerem

que o segmento de microfinanças no Brasil é composto de pequenas instituições com uma média de 1.311 clientes ativos.

Os mesmos autores ainda afirmam que, em 2001, essas instituições tinham uma carteira ativa combinada de R\$ 138,8 milhões, resultando em um empréstimo médio de R\$ 875.

Todavia, tomando-se como referência que grande parte das operações de crédito das cooperativas de crédito, SCM e crédito mútuo, tem valores em torno de R\$ 3 mil, para fins das análises desenvolvidas neste trabalho, considera-se os números de 2008, com 1.492 instituições com essas características, como mostra a Tabela 3.

A busca por identificação de mecanismos que permitem a sustentabilidade das instituições que atuam com microfinanças é relevante, na medida em que as mesmas exercem forte influência como instrumento de desenvolvimento econômico.

Tabela 3 - Distribuição das IMFs –Instituições de Microfinanças no Brasil (2008)

TIPO DE IMF	Quantidade	Participação %
Crédito Mútuo	913	61,19%
Crédito Rural	378	25,34%
Livre Admissão	148	9,92%
SCM	43	2,88%
Luzzatti	10	0,67%
TOTAL	1.492	100,00%

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do Banco Central do Brasil.

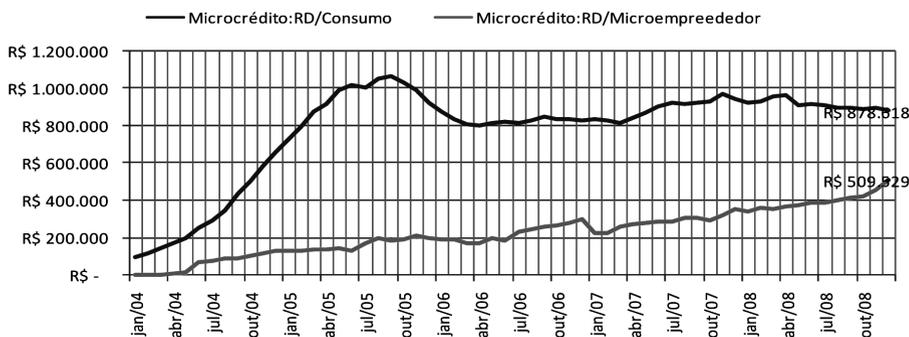
Procurando acompanhar a evolução do microcrédito no Brasil, o Banco Central determinou, a partir da Carta Circular nr. 3240 de 09/06/2004, a obrigatoriedade de os agentes financeiros informarem suas operações relativas a microcrédito, conforme estabelece o Artigo 1º da referida Carta.

Art. 1º Estabelecer que os bancos múltiplos, os bancos comerciais, a Caixa Econômica Federal, as cooperativas de crédito de pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores e as cooperativas de crédito de livre admissão de associados

devem remeter, ao Departamento de Gestão de Informações do Sistema Financeiro (Defin) (BANCO CENTRAL DO BRASIL).

Conforme demonstra o Gráfico 2, com estatísticas do Banco Central do Brasil, o saldo da carteira de microcrédito no Brasil aumentou significativamente nos últimos anos. No caso do microcrédito com recursos direcionados (RD) aos microempreendedores, ultrapassou R\$ 500 milhões em dezembro de 2008. No caso do microcrédito ao consumo, nos últimos anos, estabilizou entre R\$ 800 e R\$ 900 milhões.

Gráfico 2 – Valores Direcionados ao Microcrédito para atividades de Consumo e para Microempreendedores entre janeiro/2004 a dezembro/2008 – em R\$ 1.000



Fonte: Elaborado a partir de dados do Banco Central do Brasil (Instituições Financeiras que prestam informações para a Circular no 3.240, de 2004). Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em 15 abr. 2008.

Também com base nesses relatórios enviados ao Banco Central do Brasil, segue a Tabela 4, com informações referentes ao período de janeiro de 2004 a dezembro de 2008 do crédito aos microempreendedores. Conforme mostra essa tabela, o número de contratos cresceu substancialmente no período, passando de 5.382 em janeiro de 2004, chegando a mais de 121.862 em dezembro de 2008. O saldo da carteira, de R\$ 4,5 milhões, chegou a R\$ 509 milhões entre janeiro de 2004 e dezembro de 2008.

Tabela 4 - Valores direcionados ao microcrédito para atividades de consumo entre janeiro/2004 a dezembro/2008

Ano/ Mês	Saldo da Carteira (R\$ 1.000,00)	Valor Contratado no Mês (R\$1.000,00)	Quantidade e Contratos do Mês	Valor Médio (R\$)	Prazo Médio (meses)
jan/04	4.520,01	3.161,37	5.382	587,39	3,70
fev/04	4.966,22	6.504,94	11.278	576,77	3,34
mar/04	7.776,14	22.799,98	37.689	604,94	3,73
abr/04	10.653,20	4.853,53	8.028	604,57	16,22
mai/04	15.394,48	13.379,90	20.865	648,89	9,92
jun/04	72.852,67	77.798,58	92.858	837,82	7,89
jul/04	78.903,54	24.520,72	38.225	641,48	8,05
ago/04	90.373,49	18.488,12	24.880	743,09	12,78
set/04	94.513,84	765,41	1.275	600,32	8,59
out/04	106.945,40	23.820,36	37.720	631,50	3,17
nov/04	122.286,79	27.471,96	43.192	636,04	3,20
dez/04	133.734,14	26.511,33	40.979	646,95	3,20
jan/05	132.889,65	20.083,87	31.796	631,65	3,14
fev/05	133.528,06	25.223,83	38.630	652,96	3,16
mar/05	138.570,69	27.370,99	42.263	647,63	3,19
abr/05	141.528,47	26.574,43	40.634	653,99	3,18
mai/05	143.354,77	33.400,75	47.409	704,52	4,44
jun/05	130.592,29	77.011,18	91.657	840,21	6,43
jul/05	170.946,27	66.826,04	81.911	815,84	8,46
ago/05	197.293,94	45.910,26	62.471	734,91	5,75
set/05	185.999,85	31.475,72	45.811	687,08	4,71
out/05	194.077,43	34.110,74	52.343	651,68	5,01
nov/05	216.134,79	37.037,37	57.487	644,27	4,93
dez/05	197.383,60	33.846,87	49.914	678,10	4,12
jan/06	191.686,48	24.930,15	37.341	667,63	4,21
fev/06	196.057,22	29.948,12	44.376	674,87	4,14
mar/06	169.608,49	33.102,99	48.660	680,29	4,20
abr/06	174.428,74	32.592,50	47.976	679,35	4,16
mai/06	196.682,88	38.431,19	50.336	763,49	5,24
jun/06	184.143,63	42.383,95	69.431	610,45	5,66
jul/06	231.336,72	81.096,50	77.296	1.049,17	6,98
ago/06	246.689,46	67.885,03	71.147	954,15	5,00
set/06	260.289,48	55.644,19	60.604	918,16	4,11
out/06	266.953,75	56.387,60	61.371	918,80	4,08
nov/06	283.782,58	69.532,73	71.683	970,00	4,37
dez/06	301.050,13	68.615,84	73.854	929,07	4,10
jan/07	227.399,64	52.861,44	64.665	817,47	5,12
fev/07	228.371,39	57.583,29	62.688	918,57	4,21
mar/07	262.816,20	71.595,45	79.427	901,40	5,23

Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 4 - Valores direcionados ao microcrédito para atividades de consumo entre janeiro/2004 a dezembro/2008

(continuação)

Ano/ Mês	Saldo da Carteira (R\$ 1.000,00)	Valor Contratado no Mês (R\$1.000,00)	Quantidade e Contratos do Mês	Valor Médio (R\$)	Prazo Médio (meses)
abr/07	275.910,95	70.468,99	74.086	951,18	5,19
mai/07	278.415,79	70.234,41	81.001	867,08	5,22
jun/07	287.691,73	73.420,20	80.750	909,23	5,16
jul/07	286.217,24	80.545,13	80.699	998,09	5,41
ago/07	305.541,74	87.201,04	83.724	1.041,53	5,37
set/07	304.952,75	77.167,25	79.223	974,05	5,32
out/07	293.272,60	86.222,48	80.834	1.066,66	5,43
nov/07	321.054,69	103.165,69	93.036	1.108,88	5,45
dez/07	355.043,39	110.202,56	100.666	1.094,73	5,55
jan/08	338.384,84	79.086,03	72.059	1.097,52	5,41
fev/08	359.868,94	82.621,29	75.828	1.089,59	5,19
mar/08	352.090,18	92.629,25	84.935	1.090,59	5,20
abr/08	366.017,95	99.643,66	88.386	1.127,37	5,23
mai/08	374.281,57	99.494,44	84.741	1.174,10	5,24
jun/08	390.789,68	105.346,17	89.061	1.182,85	5,06
jul/08	386.614,47	109.992,50	94.317	1.166,20	5,42
ago/08	403.845,52	110.703,71	96.417	1.148,18	5,23
set/08	417.076,04	117.196,72	95.231	1.230,66	5,40
out/08	425.118,99	119.142,22	94.118	1.265,88	5,51
nov/08	457.502,62	144.444,28	111.120	1.299,89	5,29
dez/08	509.529,31	155.235,05	121.862	1.273,86	5,18

Fonte: Banco Central do Brasil.

O valor médio dos empréstimos também dobrou no período, passando de R\$ 587,39 para R\$ 1.273,86 em dezembro de 2008.

Outro aspecto que chama a atenção é a forte concentração de prazos médios inferiores a seis meses. Uma questão que surge com relação a esses prazos reduzidos é se isso se dá por conta da oferta ou da demanda. Pelo lado da oferta, a tentativa de reduzir o prazo e renovar sistematicamente as operações, como forma de redução da exposição ao risco. Pelo lado da demanda, são realmente necessidades de curto prazo ou o custo elevado das operações leva os tomadores a preferirem prazos curtos?

Essa evolução mostra que o microcrédito direcionado aos microempreendedores tem aumentado sua importância ao longo dos últimos anos.

Os dados que demonstram que a evolução da carteira nos últimos cinco anos saiu de menos de R\$ 5 milhões para mais de R\$ 500 milhões estão na Tabela 4. O valor médio dos contratos durante os meses no período janeiro/2004 a dezembro/2008 também cresceu. Durante esse período o mínimo foi de R\$ 576,77 e o máximo de R\$ 998,09, com média de R\$ 748,97. No caso do prazo médio, ficou entre um mínimo de 3,14 meses e o máximo de 16,22 meses (abril/2004), com média de 5,34 meses e desvio padrão de 2,22 meses.

Por outro lado, numa amplitude maior da área financeira, o cooperativismo de crédito também tem evoluído sistematicamente não só no Brasil, como em outros países. Schardong (2006) mostra a evolução e a representatividade do cooperativismo de crédito em diversos países, como Alemanha, Portugal, Espanha, Estados Unidos e Canadá, destacando a importância do sistema no fornecimento de crédito ao sistema produtivo. Apresenta que, no Brasil, o sistema “cooperativa de crédito” tinha 2,6 milhões de associados, R\$ 23,3 bilhões em ativos e R\$ 9,5 bilhões em operações de crédito.

O cooperativismo de crédito atua nas microfinanças, assim como também o fazem outros agentes do sistema financeiro tradicional (bancos comerciais e financeiros).

Soares e Melo Sobrinho (2007, p. 23) destacam a predominância do setor financeiro tradicional quanto ao número de tomadores de crédito.

As experiências de microfinanças que alcançam o maior número de tomadores trazem como principal fator comum o investimento do setor financeiro tradicional. De fato, as experiências conhecidas, como as de Bangladesh, do Peru e da Indonésia, que têm na massificação seu maior destaque, apresentam modelo com operadoras financeiras bancárias ou assemelhadas (reguladas e supervisionadas por entidade oficial), mesmo que inicialmente tenham adotado outros modelos (SOARES; MELO SOBRINHO, 2007, p. 23).

Soares e Melo Sobrinho (2007, p. 23) ainda destacam que “um importante empecilho ao acesso das comunidades mais pobres aos mecanismos de financiamento tradicionais, mesmo aqueles cobertos por linhas especiais de incentivo governamental aos micro e pequenos negócios, é a falta de instrumentos eficientes de garantia.

O acesso de micro e pequenas empresas (MPE) ao crédito é dificultado pela insuficiência de garantias no volume e na natureza exigidos pelos agentes financeiros. Pesquisa de 2004, realizada pelo Sebrae em São Paulo, indicou que 61% dos pequenos negócios formais não têm acesso ao crédito bancário e que 40% delas apontam como causa a impossibilidade de se oferecer as garantias exigidas (<www.sebraesp.com.br>).

Pelo que foi demonstrado, essas instituições prestam relevantes serviços financeiros ao desenvolvimento econômico e social da nação, o que implica que esforços no sentido de auxiliar na busca da identificação de problemas que possam gerar descontinuidade no setor são importantes.

3. Metodologia de Pesquisa

3.1 Dados de Todas as Cooperativas de Crédito Singulares Brasileiras em 31/12/2007

O Banco Central do Brasil disponibiliza dados sobre o Sistema Financeiro Nacional. Os dados de todas as instituições financeiras são apresentados a partir de informações contábeis sintéticas, o que permite algumas das análises propostas nesta pesquisa. Para este estudo, foram selecionados os dados dos balanços de 31/12/2007. Esses são os dados do Banco Central de todas as instituições, portanto, também das pequenas cooperativas, que são o foco do interesse deste trabalho, são das seguintes contas: Das contas do ativo, são apresentados os dados agregados correspondentes aos estabelecidos pelo COFIF – Plano Contábil das Instituições Financeiras Nacional –, que são: COSIF - Contas Ativo (1.0.0.00.00-7+2.0.0.00.00-4) e do Passivo (6.0.0.00.00-2); e Resultados (7.0.0.00.00-9+8.0.0.00.00-6).

Dos dados disponibilizados, foram selecionados os balanços das cooperativas singulares do ano de 2007. Também foram obtidos os balanços das 31 instituições que foram liquidadas entre 2003 e 2006, tomando-se por base os balanços e Demonstrações de Resultados do ano anterior da liquidação.

Dados do Banco Central de 2008 mostram que são 1.492 Instituições Financeiras do tipo cooperativas de crédito, Sociedades de Crédito ao Mi-

croempreendedor –SCM – e de crédito mútuo atualmente no Brasil. A classificação e análises desta pesquisa ocorrem com os dados dessas instituições. Todavia, trabalhou-se com dados de 31/12/2007 e somente com as cooperativas singulares, sendo 1.439, e mais 31 liquidadas, estas com os dados do ano anterior à liquidação, entre 2003 e 2007, totalizando 1470.

3.2 Indicadores para Todas as Cooperativas Brasileiras

Com relação aos dados de todas as cooperativas singulares, os seguintes indicadores e suas respectivas equações são demonstrados.

As equações 01 a 04 podem ser encontradas em: Carmona (2009, p. 34-41); Brealey e Myers (1992, p. 363-367); Gitman (2006, p. 42-62); e Marion (2002, p. 81-143).

Os indicadores das equações 1 e 4 são os usuais nas análises de sustentabilidade financeira, sendo a primeira uma medida relativa ao valor investido, e a segunda uma relação output/input, como mostram Helms e Reille (2004), Rosenberg (2002) e Christen (1995). Na área financeira, também o alto grau de imobilização do patrimônio líquido tem demonstrado ser um problema em crises de liquidez, o que é retratado na equação 2. A independência financeira (equação 3) demonstra a capacidade de autofinanciamento das necessidades de ativos da instituição financeira. Por sua vez, os efeitos da escala sobre os custos é fator fundamental no desempenho econômico das instituições, sendo retratado neste trabalho a partir do valor dos ativos totais.

A equação 1 mostra o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (RSPL).

$$\text{RSPL} = \text{Retorno sobre o Patrimônio Líquido Total} = \frac{\text{Sobras Líquidas}}{\text{Patrimônio Líquido}} \quad (1)$$

A equação 2 mostra o grau de imobilização do Patrimônio Líquido. Os ativos permanentes são necessários, porém não podem consumir a maior parte dos recursos próprios. Esse indicador demonstra quanto dos recursos próprios são consumidos pelo ativo permanente.

$$\text{Imobilização do PL} = \frac{\text{Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \quad (2)$$

Todavia, tendo em vista o indicador de classificação proposto, utiliza-se o inverso da equação 2 para análise.

A equação 2 demonstra quanto o ativo permanente consome do capital próprio, sendo um indicador que deve ser minimizado. Ao utilizar o inverso, temos o número de vezes que o Patrimônio Líquido supera o ativo permanente, sendo um indicador que quanto maior, mais sustentável financeiramente é a instituição.

A equação 3 mostra a Independência Financeira, ou seja, quanto do Ativo Total é financiado com recursos próprios.

$$\text{Independência Financeira} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}} \quad (3)$$

O cálculo da Auto Sustentabilidade encontrado na literatura relaciona o total de entradas com as saídas (Contas de Resultados Credoras em relação às Contas de Resultados Devedoras), sendo que são consideradas sustentáveis, no período, quando o indicador for superior a 1. Isso equivale a dizer que as sobras devem ser positivas. A equação 4 mostra esse indicador.

$$\text{Independência Financeira} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}} \quad (4)$$

Outro indicador avaliado foi o tamanho da cooperativa, definido pelo Ativo Total. Com isso totalizam-se os cinco indicadores utilizados na classificação. A classificação por grupos é realizada com o uso do software SPSS, com análise descritiva, conforme Corrar; Paulo e Dias Filho (2002, p. 12-14).

3.3 Índice de Sustentabilidade Intrassetorial Financeira para as Cooperativas de Crédito Singulares

Propõe-se um indicador de sustentabilidade mais amplo, que leve em consideração também as contas do Balanço Patrimonial, em vez de ficar restrito aos resultados do período. A instituição pode ter obtido um resultado favorável em um determinado período e ser considerada sustentável economicamente, mas apresentar situação que nos períodos seguintes a torne vulnerável em termos de sobrevivência.

Apresenta-se como proposta a utilização do Indicador de Sustentabilidade Intrassetorial com a combinação de cinco fatores obtidos dos dados anuais do sistema de cooperativas singulares do Brasil.

Para considerar a sustentabilidade financeira Intrassetorial da instituição desenvolveu-se um índice, denominado de Índice de Sustentabilidade Intrassetorial Financeira das Cooperativas de Crédito (ISIF-Créd.), com cinco escalas de classificação do tipo Likert: 1-Sustentabilidade Comprometida; 2 - Baixa Sustentabilidade; 3 - Sustentabilidade Média; 4 - Alta Sustentabilidade; 5 - Excelente Sustentabilidade. Para o desenvolvimento deste índice, cinco componentes são utilizados: 1 - Independência Financeira; 2 - Imobilização do Patrimônio Líquido; 3 - Tamanho; 4 - Auto Sustentabilidade no período; 5 - Retorno sobre o Patrimônio Líquido. Como se trata de um cálculo Intrassetorial, para cada indicador, foram classificadas as instituições em percentis. Recebem 1,2 pontos as instituições que estiverem melhor que a mediana setorial para o indicador; 1,0 as que estiverem entre os percentis 40 e 50 (inclusive); 0,8 as que tiverem entre os *percentis* 30 e 40; 0,6 as que estiverem entre os percentis 20 a 30; 0,4 as que tiverem entre os percentis 10 a 20; e 0,2 as que tiverem entre 0 e 10. Desta forma, em cada indicador, o mínimo é 0,2 e o máximo é 1,2. Assim, o máximo que uma instituição pode obter é 6 e o mínimo é 1. Pertencem ao nível 5 (Excelente Sustentabilidade) aquelas que obtêm indicador (somatório) igual ou maior que 5. Isso permite que mesmo uma instituição pequena, que no indicador “Tamanho” se encontre entre o percentil 0 e 10, com nota 0,2 neste quesito, pode chegar ao indicador 5, sendo necessário obter boas pontuações nos outros indicadores (exemplo: 4 x 1,2 = 4,8 + 0,2 = 5); ao nível 4 (Alta Sustentabilidade) as que tiverem somatório menor que 5 e igual ou maior que 4, e 3 (Média Sustentabilidade)

aquelas que tiverem somatório menor que 4 e igual ou maior que 3,5. Por outro lado, as instituições que tiverem somatório entre 2,5 (inclusive) e menor que 3,5 são consideradas como de baixa sustentabilidade (nível 2) e as demais, com somatório menor que 2,5 são consideradas com Sustentabilidade Precária (nível 1).

As análises foram desenvolvidas a partir do *software* SPSS 15.0 for windows com análises de estatística descritiva e *cross-tabs*. A equação 16 demonstra o somatório dos pontos parciais.

$$\text{ISIF - Créd} = \int_{n-1}^n \frac{\text{PL}}{\text{Ativo Total}} + \int_{n-1}^n \frac{\text{PL}}{\text{Permanente}} + \int_{n-1}^n \text{Tamanho} + \int_{n-1}^n \frac{\text{Resultados} +}{|\text{Resultados-}|} + \int_{n-1}^n \frac{\text{Sobras}}{\text{PL}} \quad (05)$$

Sendo “*n*” os limites superiores dos percentis e “*n-1*” o limite inferior. Assim, a classificação da sustentabilidade Intrassetorial das cooperativas é assim estabelecida:

ISIF-Créd ≥ 5 são consideradas de Excelente Sustentabilidade Financeira;

ISIF-Créd ≥ 4 e <5 são consideradas de Alta Sustentabilidade Financeira;

ISIF-Créd $\geq 3,5$ e <4 são consideradas de Média Sustentabilidade Financeira;

ISIF-Créd $\geq 2,5$ e $<3,5$ são consideradas de Baixa Sustentabilidade Financeira;

ISIF-Créd ≥ 1 e $<2,5$ são consideradas de Sustentabilidade Precária.

4. Resultados e Análises

4.1 Resultados das Análises para definição do Índice de Sustentabilidade Intrassetorial Financeira - ISIF- Crédito

A partir dos balanços patrimoniais e demonstrativos de resultados do ano de 2007, tomando por base uma variável de tamanho (Ativo Total), a participação do capital próprio no total das necessidades (Patrimônio Lí-

quido dividido pelo Ativo Total), um indicador para refletir a imobilização do capital próprio (Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Permanente) e dois indicadores de resultados, Sobras/Patrimônio Líquido e o ratio das Contas de Resultados Credoras pelas Contas de Resultados Devedoras (em módulo), classifica-se as empresas em cinco níveis de sustentabilidade financeira.

Os limites dos *percentis* de 10% a 50%, assim como os valores mínimos e máximos para cada variável escolhida, estão demonstrados na Tabela 5. Empresas classificadas até o percentil 10% obtêm pontuação 0,2 em cada item de avaliação. Entre 10% e 20%, 0,4; entre 20% e 30%, 0,6; entre 30% e 40%, 0,8; entre 40% e 50%, 1,0 e acima de 50%, 1,2 pontos.

Essa pontuação é atribuída para cada um dos cinco indicadores: Ativo Total; Relação Patrimônio Líquido/Ativo Total; Relação Patrimônio Líquido/Ativo Permanente; Relação Sobras/Patrimônio Líquido e Relação Resultados Contas Credoras/Resultados Contas Devedoras (em módulo). Por exemplo, uma cooperativa de crédito que em 31/12/2007 apresentasse Ativo Total superior a R\$ 4.368.971,00; Relação Patrimônio Líquido/Ativo Total superior a 30,85%; Relação Patrimônio Líquido/Ativo Permanente superior a 6,0; Relação percentual Sobras/Patrimônio Líquido superior a 4,5% e Relação Contas de Resultados Credoras/Contas de Resultados Devedoras (em módulo) superior a 1,1128, obteria nota máxima, ou seja, 6,0 pontos. Atingindo acima de 5,0 seria classificada como ISIF-Créd Excelente Sustentabilidade.

Caso fosse uma cooperativa de crédito pequena, com valor Ativo Total inferior a R\$ 257.386,00 (percentil 10%), somaria 0,2 pontos neste quesito. Assim, tendo obtido nota máxima igual a 1,2 nos outros quatro quesitos, ainda somaria 5,0, obtendo a classificação ISIF- Créd Excelente Sustentabilidade.

Ressalta-se que se atribuiu pesos equivalentes para os cinco fatores, apenas criando um mecanismo em que se considera o fator tamanho, sem prejudicar a avaliação das pequenas instituições.

⁴ Neste caso, embora o usual seja dividir o Ativo Permanente pelo Patrimônio Líquido, optou-se pelo inverso, para manter o mesmo conceito para os cinco indicadores, ou seja, quanto maiores, melhor.

Tabela 5 - Limites dos Indicadores Intrassetoriais de Sustentabilidade Financeira – ISIF- Crédito do ano 2007 - Cooperativas de Crédito Singulares

Estadísticas		Relação %	Relação	Relação % Sobras/	Relação Contas de Resultado
	Total do Ativo	PL/Ativo Total	PL/Ativo Permanente	Patrimônio Líquido	Credoras/ Devedoras
Número – Dados Válidos	1470	1470	1470	1470	1470
Média	R\$ 19.140.125	33,52%	29526,4	2,70%	2,39
Mediana (a)	R\$ 4.368.971	30,85%	6,0	4,50%	1,1128
Mínimo	R\$ 1.054	-8.116,00%	-409339,5	-1004,00%	-1,7400
Máximo	R\$1.225.924.198	259,00%	23196564,0	-1032,00%	1726,9800
Percentis (b)					
10	R\$ 257.386	12,28%	2,4	-7,04%	0,7249
20	R\$ 717.809	15,96%	3,2	-1,94%	0,9427
25	R\$ 1.173.400	17,50%	3,6	-0,18%	0,9944
30	R\$ 1.603.532	19,38%	4,0	0,77%	1,0173
40	R\$ 2.893.965	23,17%	4,8	2,74%	1,0710
50	R\$ 4.368.971	30,85%	6,0	4,50%	1,1128
75	R\$ 15.157.948	78,45%	24,8	9,26%	1,2724

a = Calculados a partir dos dados agrupados; b = Os percentis são calculados a partir dos dados agrupados.
Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos resultados da pesquisa.

Aplicando-se esses indicadores Intrassetoriais aos dados de 31/12/2007 e aos balanços do ano anterior das 31 cooperativas de crédito liquidadas, obtêm-se os resultados apresentados na Tabela 6.

Observa-se que, das 1470 cooperativas de crédito analisadas, 1.439 estavam em atividade em 31/12/2007 e 31 haviam sido liquidadas entre 2003 e 2006.

A classificação estabelecida apresenta 574 empresas (39,9% das que estavam em atividade) com ISIF-Créd Excelente Sustentabilidade e nenhuma das que foram liquidadas apresentaram esse indicador. No nível de ISIF-Créd Alta Sustentabilidade foram classificadas 35,4% das que estavam em atividade e 2 (ou seja, 6,5%) das que foram liquidadas. No nível ISIF-Créd Média Sustentabilidade foram selecionadas 10,6% das que estavam em atividade e 19,4% das que foram liquidadas. No nível ISIF-Créd Baixa Sustentabilidade foram selecionadas 10,4% das que continuavam em atividade e 74,2% das liquidadas e no último nível, como Sustentabilidade

Precária, 3,8% das que continuavam em atividade e nenhuma das liquidadas. Essas 3,8%, correspondendo a 54 empresas, deveriam ser objeto de acompanhamento detalhado, assim como as 10,4% (150 empresas) classificadas como Baixa Sustentabilidade.

As 54 cooperativas de crédito em atividade classificadas como sendo de Sustentabilidade Precária, por esses critérios, constam no Anexo 1, tendo como informação de identificação o CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

Tabela 6 - Classificação em cinco níveis de sustentabilidade financeira – ISIF- Créd. do ano 2007- Cooperativas de Crédito Singulares

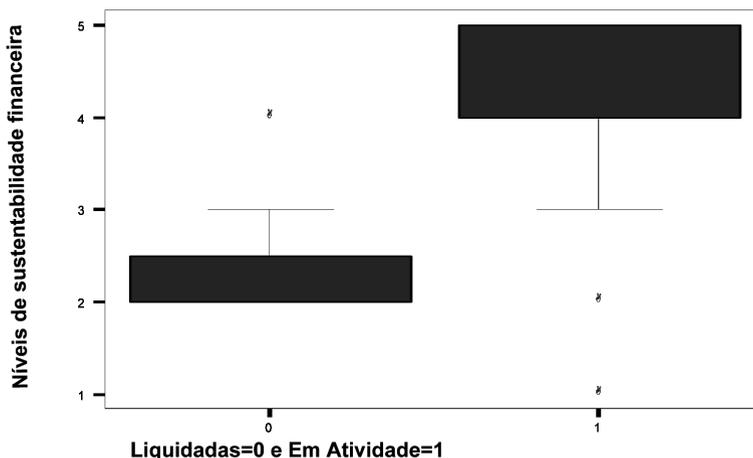
		Liquidadas = 0	Em Atividade = 1	TOTAL
Sustentabilidade Precária	Contagem	0	54	54
	%	0%	3,8%	3,7%
Baixa Sustentabilidade	Contagem	23	150	173
	%	74,2%	10,4%	11,8%
Média Sustentabilidade	Contagem	6	152	158
	%	19,4%	10,6%	10,7%
Alta Sustentabilidade	Contagem	2	509	511
	%	6,5%	35,4%	34,8%
Excelente Sustentabilidade	Contagem	0	574	574
	%	0%	39,9%	39,0%
Total	Contagem	31	1439	1470
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos resultados da pesquisa.

Ressalta-se que se trata de um modelo de segregação e tem por objetivo apenas identificar as empresas que, num universo de milhares de empresas, devem ser observadas em maiores detalhes em suas demonstrações financeiras.

A partir do Gráfico 3 é permitido verificar que o conjunto de empresas foram classificadas, em sua maioria, de acordo com os indicadores propostos.

Gráfico 3 - Níveis de sustentabilidade financeira



Fonte: Resultados da pesquisa.

O Gráfico 3 mostra, para as liquidadas e em atividade, os 50% valores centrais (entre o percentil 25 e 75), em termos de classificação nos níveis de sustentabilidade. Como pode ser verificado, as 50% liquidadas ficam nos níveis mais baixos de sustentabilidade financeira e as 50% não liquidadas nos níveis mais altos.

As 54 cooperativas de crédito em atividade classificadas como sendo de Sustentabilidade Precária, por esses critérios, constam no Apêndice 1, tendo como informação de identificação o CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

5. Conclusões

A proposição aqui apresentada tem por base criar um mecanismo de fácil seleção das empresas classificadas nos níveis de sustentabilidade financeira mais baixos para estabelecer um acompanhamento mais detalhado de suas atividades. Observa-se que esse indicador deve ser calculado a cada ano e tem por base o universo das mais de 1.400 cooperativas de crédito singulares e similares. Trata-se de um índice de classificação Intra-

setorial, que leva em consideração as alterações nos resultados do setor a cada ano e identifica as empresas que destoam negativamente num conjunto de indicadores relevantes da sustentabilidade financeira. Ao mesmo tempo, permite destacar as que apresentam melhores condições de sustentabilidade financeira, o que poderia ser objeto de verificação de suas práticas de atuação, repassando às demais, numa perspectiva de melhoria contínua do setor.

O principal objetivo do trabalho é chamar a atenção para a necessidade de acompanhamento da evolução do setor sob esse importante aspecto da sustentabilidade financeira. A análise envolvendo a população de cooperativas singulares auxilia na sua evidenciação enquanto unidades cooperadas, evitando que situações em que algumas unidades com resultados positivos neutralizem os resultados negativos de outras, o que pode ocorrer ao se analisar somente a situação das centrais das cooperativas de crédito.

A classificação, demonstrada na Tabela 6, evidenciou uma predominância nos indicadores de alta e excelente sustentabilidade, coerente com a própria metodologia estabelecida, que procura, de forma conservadora, apresentar como sendo de precária ou baixa sustentabilidade apenas as que apresentam os piores indicadores de forma consistente em todos os itens analisados. Assim, em torno de 15% dessas instituições, foram classificadas nestas classes. Desta forma, análises mais criteriosas devem ser feitas nessas instituições, procurando antever possíveis situações críticas que envolvam o fechamento em condições que possam afetar a credibilidade de outras cooperativas de crédito, tendo em vista que as mesmas participam de um sistema de crédito, diferentemente dos bancos comerciais, estes cada um com sua própria marca.

A pesquisa limita-se a fornecer um conjunto de indicadores para focalizar a análise naquelas instituições com piores condições financeiras, tendo por base relatórios sintéticos, assim como evidenciar as que ocupam as melhores posições em comparação com as demais. As principais limitações ocorrem principalmente pela utilização desses dados sintéticos. A partir disso, outras pesquisas devem aprofundar as análises com base em demonstrativos financeiros analíticos, pelo menos no terceiro nível das contas e com informações internas das instituições.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acessos em: 15 abr. 2008; 18 abr. 2008; 25 mar. 2009.

BIS - Bank International Settlements. *Supervisory guidance for assessing banks' financial instrument fair value practices*. Disponível em: <<http://www.bis.org>>. Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) – sigla de Basel Committee on Banking Supervision). Abril 2009. Acesso em: 19 abr. 2009.

BREALEY R. A.; MYERS, S. C. *Princípios de finanças empresariais*. 3. ed. Mem Martins –Portugal: McGraw-Hill de Portugal, 1992. 924 p.

CARMONA, C. U. M. *Finanças corporativas e mercados*. São Paulo. Atlas, 2009. 237 p.

CHRISTEN, R. P. *et al. Maximizing the outreach of microenterprise finance: an analysis of successful microfinance programs*. Program and Operations Assessment Report no. 10. Washington DC: United States Agency for International Development, 1995. (Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional).

CORRAR, L.J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. *Análise multivariada*. FIECAFI. São Paulo: Atlas, 2007. 541 p.

DESENVOLVIMENTO Financeiro e o Mecanismo de Transmissão da Política Monetária. PUC-Rio – Certificação Digital Nr. 0512362/CB. (<http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0512362_07_cap_03.pdf>.) l. 18, n. 3, p-107-131, jul./set. 2007.

GITMAN, Lawrence. *Princípios de administração financeira*. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2006.

HELMS, B.; REILLE, X. *Tetos aos juros nas microfinanças: um olhar sobre a questão* (setembro/2004). Disponível em: <http://www.cgap.org/gm/document-1.9.2651/OccasionalPaper_09_po.pdf>. Acesso em: 15 out. 2008.

HOFFMAN, A. A.; DRUMOND DE MELO, F. *Lições de Basiléia I*. Banco Central do Brasil, Diretoria de Fiscalização –DEFIS- e Diretoria de Normas – DINOR, 2006. Disponível em: <<http://www.bcb.br>>.

MARION, J.C. *Análise das demonstrações contábeis*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 302p.

MEIRELLES, H. *Brasil: No rumo do crescimento sustentado*. (PDF - 780 Kb)/Henrique Meirelles/Publicado na Internet em 19/09/2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2008.

NICHTER, S.; GOLDMARK, L.; FIORI, A. *Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro*. PDI-BNDES/Livreto Contexto Brasileiro. Pmd, [S.l.], 2002.

RESENHA BMF. *Riscos* – depois da tempestade. Entrevista com Charles Dallara, Diretor do IIF - Instituto de Finanças Internacionais, realizada por Carlos José dias Filho. Jornalista. E-mail: carlosdiasfilho@gmail.com. Nr. 176, abr. 2009. p. 50-54.

ROSENBERG, R. *Microcredit Interest Rates*. Occasional Paper, Washington, n.1, nov. 2002, p.1-12. Disponível em http://www.cgap.org/gm/document-1.9.2696/OccasionalPaper_01.pdf. Acesso em 15/10/2008.

SCHARDONG, A. Painel: crédito cooperativo e desenvolvimento – comparação de modelos mundiais e o caso brasileiro. In: II ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO EM MICROFINANÇAS. Recife-PE, junho 2006. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

SEBRAE – Disponível em: <<http://www.sebraesp.com.br>>. Acesso em: 20 abr. 2008.

SILVA, J.P. *Gestão e análise de risco de crédito*. São Paulo: Atlas, 1997. 388p.

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de. *Microfinanças* – o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. Brasília: BCB, 2007. 170 p.

SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*. Disponível em: <<http://www.spss.com.br>>.

Apêndice

CNPJ das 54 Cooperativas que apresentaram sustentabilidade precária em 31/12/2007

00254908	03082697	04588258	05690951	07839980	09035503
00729801	03087263	04649337	05853210	08278537	16348005
00747017	03112504	04665046	06049517	08387258	26408179
01478780	03749897	04723991	06240505	08418804	31746993
01499061	03880529	04819441	07052616	08574988	32666059
01670206	04073519	04822006	07201122	08597482	33730896
02348455	04287631	04869329	07407136	08809060	53224630
03032915	04426939	05244177	07494300	08850098	83325936
03071386	04426950	05370947	07707311	08850180	86829827

Fonte: Elaborada pelos autores.